

Relações amorosas na contemporaneidade e indícios do colapso do amor romântico (solidão cibernética?)

Dilcio Guedes

*Universidade Estadual do Piauí. Mestre em
Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Aluno
do Programa de Pós-Graduação de Doutorado
em Psicologia pela École Doctorale
Connaissance et Culture, Université Paris X.*

End.: 1, rue Auguste Barthodi, 75015, Paris-France

e-mail: dilcio@gmail.com

Larissa Assunção

*Mestre em Psicologia pela Université Paris VII,
Aluno do Programa de Pós-Graduação de
Doutorado em Psicologia pela École Doctorale
Connaissance et Culture, Université Paris X.*

End.: 68, rue du Bellefond, 75010, Paris-France

e-mail: murruga75@hotmail.com

RESUMO

O ensaio articula considerações teóricas acerca dos relacionamentos amorosos, do casamento e da separação nas sociedades ocidentais em uma perspectiva histórico-crítica, a fim de compreender como o fenômeno das relações amorosas é subjetivado atualmente e como o advento das novas tecnologias inserem-se no contexto das relações afetivas. Este trabalho também apresenta uma releitura teórica acerca do fenômeno do amor romântico moderno, supondo possíveis indícios do seu colapso na contemporaneidade, tendo-se em vista um conjunto de transformações sociais. Reflete ainda que os modelos de relações afetivo-amorosas podem estar sendo modificados pela diminuição da frequência de contatos primários, pelo narcisismo e individualismo exagerado, pela personificação das patologias, pela ausência de poder dos indivíduos ante escolhas de padrões comportamentais e de bens materiais impostos pela sociedade e aparelhos ideológicos voltados para o consumo massificado, e pelo impacto comercial da mídia. Estes aspectos parecem gerar comportamentos impulsivo-compulsivos, tornando as pessoas descartáveis, prescindíveis como objetos de consumo e necessitadas de saberes interventivos que busquem uma cura ou fórmula imediata para amenizarem o mal-estar gerado por estas transformações. Finalmente, tais elementos parecem engendrar vivências de solidão, de ansiedade e de insatisfação constante. Encontros efêmeros entre as pessoas parecem configurar as relações interpessoais na contemporaneidade em decorrência, parcialmente, do culto narcísico e individualista, igualmente facilitado pelas novas tecnologias e o consumo.

Palavras-chave: relações amorosas, tecnologia, contemporaneidade, psicologia e cultura.

ABSTRACT

The essay articulates theoretical considerations on loving relationships, marriage and divorcing on occidental societies in a historical-criticizing perspective, aiming to understand how the

phenomenon of loving relationships is taken in a subjective way in the present and how the advent of new technologies insert in the context of affective relations. This work also presents a theoretical reading on the modern romantic love phenomenon, assuming possible traces of its collapse in the contemporariness, seeing a group of social transformations. It also reflects that models of affective-loving relations might being changed by the lessening of primary contacts frequency, by narcissism and exaggerated individualism, by pathologies personification, by absence of power of individuals before choices of behaviorist patterns and of material possessions imposed by the society and ideological apparel turned to mass consumption and the media commercial impact. These aspects seem to generate impulsive-compulsive behaviors, making people dismissible as consumption objects and eager for intervenient knowledge that look for a cure or immediate formula to soothe the unease brought by these changes. Finally, such elements seem to generate lone, anxious and constantly unsatisfied livings. Ephemeral encounters among people appear to configure interpersonal relationships in the present time, due to, partially, narcissistic and individualist cult, equally eased by new technologies and consumption.

Keywords: loving relationships, technology, contemporariness, psychology and culture.

Introdução

Historiadores enumeraram as transformações ocorridas em variadas épocas sobre o fenômeno das formações e rompimentos dos relacionamentos amorosos. Para compreendermos como essas alterações influenciaram tal fenômeno, expomos alguns elementos ilustrativos e articulamos estes elementos a algumas considerações que sustentam nossa hipótese do colapso atual do modelo romântico das relações.

Apresenta-se um recorte de variados contextos históricos e culturais, focalizando suas descontinuidades, no entanto, a fim de demonstrar que o que se questiona é em que medida temos, na contemporaneidade, os ideais românticos. O que atravessa a constituição subjetiva dos sujeitos através dessas descontinuidades históricas, assim como a instituição do casamento. Finalmente, apresentam-se indícios teóricos sobre o possível colapso das relações amorosas na contemporaneidade e o impacto da revolução tecnológica da Internet na subjetividade dos sujeitos e nas suas relações interpessoais.

Referencial teórico

Sobre o fenômeno do casamento e da relação “amorosa”

Primeiramente, cita-se Costa (1998) que situa, na Antigüidade, a erótica platônica ante a análise do amor. Citamos que, sem pretensão de aprofundar-se neste contexto, segundo o autor, o amor estava ligado a um impulso que dirigia homem e mulher para alguém do sexo oposto ou não, cuja força motriz relacionava-se ao conteúdo afetivo. Aqui, o conteúdo afetivo das relações remetia à alegria ante o objeto possuído e à saudade do objeto de amor perdido ou ao sofrimento da perda. Constituíam-se como a busca de uma estética da existência, que apontava para o reconhecimento do Bem e da Beleza, como valores do homem sábio. De fato, tratava-se de uma construção subjetiva que procurava submeter o sujeito às necessidades da *polis*, ou seja, a uma estratégia política, pois a manutenção da família era considerada base para a sociedade. Por isso, a separação de um casal (que era divulgado socialmente, quando os parceiros formavam família) era encarada como problema social. Geralmente, a separação dava-se por dois motivos: adultério e esterilidade, principalmente da mulher. Continuar com uma esposa adúltera era uma desonra intolerável perante a sociedade, visto que ia de encontro ao ideal estético.

Após esse período, a concepção de amor foi influenciada diretamente pela tradição judaico-cristã que, por sua vez, referia-se

ao objeto de amor verdadeiro como bem supremo (de Deus e para Deus) - *amor caritas*, sendo este amor eterno. O amor sensível é regido pelo anseio de desejar o que não se tem e do medo de perder o que se tem. Segundo Costa (1998), Santo Agostinho refletiu implicações do amor supremo frente à escolha do modelo de vida casto como possibilidade de atingir o plano sagrado. Trata-se não mais de uma ascese à sabedoria, como entendiam os gregos, mas um movimento de descida de Deus aos homens - *Ágape* (Araújo, 1992). Além disso, como afirma Kristeva (1988), pelo *Ágape* judaico-cristão, o homem (ao amar a si e ao outro, como Deus o amou) chegaria à salvação, graças ao dogma de fé do amor ao próximo.

Na mística cristã, esse ideário fundamentava a construção subjetiva dos sujeitos, no instante em que toca no projeto essencial de um amor voltado tão somente a Deus. Nestes termos, aponta a sexualidade como elemento desestabilizador deste ideário, pois é vista como fracasso e pecado, sendo, pois, um obstáculo ao verdadeiro amor. A mística cristã, mais tarde, procurara sobreviver ao surgimento do amor cortês, já que esta, tendo sua atenção voltada para a sexualidade, pressupõe o sujeito como ingovernado, como se expõe adiante. Destarte, Santo Agostinho, segundo antiga opinião cristã sobre o casamento, ensina que a separação de casais casados perante a igreja é indissolúvel pelo sacramento, a não ser pela morte de um dos cônjuges; mas reconhece que o uso de “sensualidades ilegais” é motivo cabível para o desfecho da relação pela separação (Murstein, 1976).

Nos séculos IX e X, configurou-se o Feudalismo: outro corte histórico-cultural é situado. Como já se percebe, entre descontinuidades radicais, a construção subjetiva do sujeito, em torno de suas relações afetivas e a instituição do casamento, toma contornos diferenciados. Por exemplo, nestes tempos, a cavalaria era um sistema paramilitar organizado, assim como castelos-fortaleza eram barreiras de defesa contra invasores que não defendiam os princípios da fé cristã. No século XII, entretanto, no sul da França, a mulher saiu do papel de figura social secundária para o centro da rede social, pelo menos na aristocracia. É aqui, neste contexto, que surge a poesia trovadoresca, legitimando este novo papel social da mulher, exaltando-se “a beleza, as virtudes e a dignidade espiritual” destas

(Araújo, 1992, p. 61). Ainda assim, no Feudalismo, o fenômeno das relações amorosas era perpassado pelas relações de poder entre as famílias. Essas trocas de forças influenciavam na nova concepção de amor.

Outro exemplo: como a herança familiar não era passada verticalmente, os filhos do senhor feudal não tinham acesso aos bens do pai quando morresse. Assim, a tradição se firmou em torno da necessidade de casar o filho primogênito com uma mulher rica para que este pudesse continuar a linhagem e herdar a riqueza da noiva. Para Costa (1998), “o costume da transmissão da herança pelo parentesco lateral e não vertical fazia com que os aparentados do herdeiro tivessem direitos aos bens que os descendentes diretos do senhor feudal não tinham, pelo fato de serem mais jovens. Criou-se, assim, um grupo de jovens nobres, ‘inquieta e belicosa’, que só tinha uma chance de adquirir terra e poder: casar com uma noiva rica” (p. 44). Pode-se, também, entender a presença de uma educação voltada para a vida pública e para manutenção de valores intrafamiliares (Duby, 1998).

O amor cortês surgiu nesse contexto e foi uma contra-estratégia aos costumes feudais e contra a igreja, “que apoiavam as uniões matrimoniais negociadas, sem que se cogitasse sequer a concordância dos noivos” (Araújo, 1992, p. 62). Tal reação (o amor cortês) recaiu sobre a oposição à idéia de que essa união não deveria se pautar, tão somente, no amor negociado. Pelo contrário, valorizou-se um enlace, como sentimento individualizado, deixando de lado uma idéia de amor anterior de união comercializada. O curioso, informa Araújo (1992), é que, ainda hoje, é esta forma como o amor é pensado pela maioria das pessoas: uma relação que nasce de individualidades.

Surge, assim, um movimento contrário: “os sem-herança”, em que se constituíram os cavaleiros. Eles se articulavam em torno de um amor cujo objeto era uma dama e se punham frente a uma tarefa na ordem do impossível: amar uma mulher já determinada a casar com outro. O amor cortês nada mais foi do que uma forma aceitável de contravenção aos costumes. Logo, pode-se pensar em uma função social, visto que a personagem do amor cortês foi subjetivada. Qual seria essa função? A construção de uma referência

social que não deveria ser seguida e da necessidade de um autocontrole social.

De fato, com a vinda da corte, fez-se necessária a construção de condutas cidadinas, que se referiam à necessidade de autocontrole. Saiu-se do espaço do campo para o *lócus* da cidade e é essa passagem que abre espaço para o surgimento de um novo modelo de amor: romântico. No instante em que essa mudança se faz, os indivíduos foram acorrentados ao compromisso público da construção do processo civilizatório burguês, que implicava diretamente em condutas, como controle emocional, ilustradas por relações amorosas dissimuladas, pois eram os dotes nobiliárquicos que estavam em jogo. Assim, o amor torna-se calculado e frio (Duby, 1998). Mas outro fenômeno também se apresentou no feudalismo e Costa (1998) expõe-nos: “(...) a fidelidade, a um modo de vida aristocrático, reduz o discurso amoroso à prática da sedução e da galanteria” (p. 46). Para entender isso, é preciso compreender o papel da igreja ante tais práticas.

Neste contexto, durante o Feudalismo, a igreja era a instituição que continuava a exercer poder sobre o casamento e defendia o argumento de que o adultério era o critério maior para estabelecer um fim, não permitindo um novo casamento, após seu desfecho. Os clérigos mais radicais, indo mais além, apoiavam a indissolubilidade do casamento seja por qualquer motivo. Neste contexto, as prostitutas não sofreram forte objeção da Igreja, pois assim seria possível manter a sacralidade do lar. Sem elas, haveria a sodomia e a virtude feminina decairia, pois os homens poderiam exercer a arte erótica com suas esposas. Daí o aparecimento da idéia da dupla moral que consistirá uma característica marcante dos casamentos dos sistemas patriarcais modernos (Murstein, 1976). Assim, a galanteria e o exercício da sedução seriam realizados sempre com um fim utilitário, sexual, e, definitivamente, fora de um “lar”, que começa a se configurar como espaço privado, “sagrado”.

O amor romântico: uma leitura histórico-crítica

Os elementos-chave do amor romântico estavam ligados ao discurso de um amor idealizado. Mesmo assim, utilizava-se a

tecnologia de cuidado de si frente à contenção emocional - o de interiorização e singularização. Costa (1998) nos diz que “esse imaginário amoroso rompia os laços com o amor cortês, exclusivamente voltado para a perpetuação do equilíbrio político das casas e linhagens nobres para conservar o prestígio dos senhores aristocráticos, e contribuiu para a difusão da crença no amor como ‘virtude privada’, sem compromissos com ideais públicos” (p. 64).

Outro aspecto diz respeito à característica do amor romântico como possibilidade de multiplicar os objetos do gozo. Por esta concepção, passa-se a idéia de conquistar um amor impossível, característico da época do amor cortês. A impossibilidade da conquista e a sede por aumentar progressivamente o objeto do gozo são também características do modelo de amor hodierno, no qual as relações afetivo-amorosas são permeadas pela *ars erotica* e pela idéia de consumo (Costa, 1998). Da mesma forma, essas relações se configuraram nos primórdios da era moderna, em torno da ilusão de um amor eterno e da arte da sedução. A dupla moral que se configura no contexto das relações amorosas parece articular-se neste ponto à fidelidade, tão defendida nos pactos de amor; aponta para uma ética em que se promete exclusividade espiritual e carnal e se cumpre a possibilidade de se obter prazer carnal em outros ambientes, fora do contexto familiar. A necessidade de possuir o objeto de desejo - caracteristicamente elemento da ética platônica e do amor cortês - sustenta tal representação (Costa, 1998; 1983).

Mais tarde, conforme dito, o discurso amoroso do final do século XIX revela a modalidade romântica de relação afetivo-amorosa em que se encontra como característica marcante: o amor eterno, único e inteiramente fiel, no sentido do corpo e da alma - aspectos amplamente relacionados à paixão e ao desejo, conforme exposto. Está também presente, neste discurso, a separação por motivos igualmente históricos, que permeiam o adultério, a negligência com a instituição familiar, assim como o desrespeito atuado pela violência psíquica e física. Estes são aspectos que sustentam os motivos legais para a efetivação do corte definitivo do laço conjugal. Mas, atualmente, verificam-se modelos de relações, pelos quais fica cada vez evidente que estes elementos vão se transfigurando e perdendo seu sentido remoto - e esta é a análise que tentaremos fazer a seguir.

Indícios de colapso do amor romântico moderno: considerações preliminares

O ideário do amor romântico contribuiu para a construção subjetiva do indivíduo dos séculos XVIII e XIX, ao enfatizar a fidelidade amorosa e o compromisso ligado a ela na constituição da família burguesa, através das seguintes prerrogativas: casamento, procriação, perpetuação da família, manutenção geracional, mulher submissa ao papel de mãe e esposa, e liberdade social e sexual do homem. Todos estes pressupostos baseiam-se, segundo Badinter (1986), na Teologia e em mitos, como o discurso da Igreja (*i.e.* Mito de Gênesis) e o discurso nas sociedades indianas e muçulmanas, que remetem à mulher uma sensualidade desenfreada e a representação de que é necessário dominá-la. Implicam-se também à determinação de uma hierarquia universal (homem superior à mulher), cujo casamento configurar-se-ia como desfecho legitimador da diferença natural, entre estes dois, trazendo influências, sobretudo, nas considerações sobre o adultério: se for o homem quem reclama, sua reclamação é levada em consideração, se for a mulher, deve-se desconfiar (Badinter, 1986).

Bloom (1996) refere-se, sobre os mitos, que a necessidade de uma percepção que aponte o outro da relação como “perfeito” (mesmo que uma perfeição simbólica) é imprescindível para que o outro elemento do par da relação (e vice-versa) possa doar-se e significar a relação a partir da paixão nela engendrada. E Giddens (1993) acrescenta que o amor romântico introduz uma narrativa na vida individual dos sujeitos, o que possibilita a construção de uma biografia ligada ao outro da relação amorosa, suscitando-se a intimidade como alicerce crucial desta construção. Esta postura traz implicações no molde da relação amorosa, quando a busca da identidade de si remete à idealização do outro, como elemento de evidência da individualidade, visto que existe a busca da validação de si no outro. Institucionalmente, o amor romântico foi associado ao casamento, à maternidade e ao patriarcalismo.

No momento em que o amor romântico passou a ser elemento de subjetivação do indivíduo, demarcando o começo do indivíduo moderno, a mulher passa a ter um novo estatuto junto ao homem -

ambos constituirão o lar e, neste espaço, assumirão o papel de pai e mãe, marido e esposa, masculino e feminino (Badinter, 1986). Isso quer dizer que a mulher assume o posto de mãe, encarregada de proteger e fortalecer uma nova criatura emergente: a criança. Agora, é mãe e esposa, isolada do mundo exterior. O homem, por sua vez, reforça a representação ideológica daquele que garante a sobrevivência da família, além do detentor único do transitar pela esfera pública e, sobretudo, exercer a sexualidade de forma plena e variada - de preferência fora do espaço familiar. O homem é marido, pai, macho e, inclusive, amante (Giddens, 1993).

O homem, macho, patriarca, é enlaçado no projeto feminino do amor romântico, mas não abre mão de sua liberdade, inclusive sexual: se antes a possibilidade de ter várias mulheres estava condicionada à demarcação de seu poder, agora, está instituída por um mecanismo de ajustamento social (a instituição familiar moderna), não necessariamente regado pela atração sexual mútua, senão pela situação econômica (Costa, 1983, 1998; Giddens, 1993). Neste âmbito, as relações extraconjugais seriam qualitativamente justificáveis por uma outra categoria de relação de poder - o amor apaixonado, que permitia o acesso à mulher ao exercício de formas diversas de expressão sexual. Trata-se de uma relação de poder não só pelo ato sexual em si, mas porque a mulher passou a se colocar numa posição de entrega do corpo, ao mesmo tempo em que o homem a insere na categoria de objeto de puro consumo. Acredita-se que esta configuração legitimou outra modalidade de relação, mais modelável, mais plástica, por assim dizer (Giddens, 1993).

A discussão que se trava aproxima-se das relações amorosas na modernidade tardia e reencaminha a duas versões do amor: a versão idealista e a versão realista. Na primeira, o fundamento teleológico é proteger da solidão. A partir deste ponto de vista, o culto narcísico, como ênfase do eu individual, é fonte de sofrimento. Por sua vez, a liberdade do eu passa a ser um ingrediente de uma ética analgésica (Badinter, 1986), pois estaria relacionada à fugacidade das relações. Não se comprometer com um amor seria cômodo, mas não livraria o sujeito do estatuto de estar só, assim como com a supervvalorização de si (Costa, 1998).

A teleologia do amor romântico, na versão idealista, estaria em proteger-se das inseguranças inerentes à relação. Para tanto, relata duas estratégias psicológicas: a fixação e a flutuação. A flutuação remeteria a uma pseudoprevenção da dor de amar sem ser amado - como se a intensidade da dor da separação fosse diminuída quando a abertura para a possibilidade do rompimento do vínculo torna-se uma regra interna da relação. Significa dizer que uma das premissas do amor-romântico seria a possibilidade de os parceiros se unirem tendo, como regra fundante o poder unilateral de decidir um rompimento. Na saída da fixação, por outro lado, o projeto da relação amorosa estaria ligado à aceitação da obrigação moral frente ao relacionamento amoroso (Costa, 1998). Com relação ao sexo, a versão idealista situa o erotismo como o componente principal para a relação, que sustentará o amor, pois é uma elaboração cultural deste exercício erótico. O problema está na liberdade do outro: no instante em que se dá liberdade ao outro para desejar, abre-se a possibilidade para que deseje outro. Neste tópico, aproxima-se da posição de Sartre (citado por Costa, 1998), quando esse entrelaçamento de liberdades assegura ao campo da relação amorosa-romântica tensões constitutivas, que sem elas não se poderia lhes afirmar como amantes.

A versão realista parte da contestação de que os idealistas criaram os solitários, pois não atingiram seu objetivo - o homem continua passível de solidão. Por esta versão, o amor só pode ter vazão com o regramento da civilidade burguesa. Ainda segundo esta versão, não se levam em conta as diferenças de níveis sociais e as diferenças étnicas. O amor realista defende seu atrelamento à lógica de produção capitalista: o amor está suplantado analogamente à irracionalidade da posse, da acumulação, enfim, do desejo de possuir alguém. Essa paixão da aquisição é igualmente importante para a manutenção da lógica de consumo até como referência de *marketing* (o indivíduo é bem-sucedido e equilibrado emocionalmente se estiver relacionando-se com alguém). Se isso não ocorresse, o amor deixaria de ser um produto social e isso seria, definitivamente, ruim para o capitalismo (Costa, 1998).

No século XIX, uma série de transformações sociais e culturais modificou esse palco e a conduta dos atores sociais frente

ao amor. Até a Segunda Grande Guerra, a ideologia sexual dominante pautava-se num modelo de relação afetivo-amorosa monogâmico e, supostamente, vitalício, baseado na ética da fidelidade conjugal da mulher. E as mulheres assumiram atividades realizadas somente por homens em vários setores de produção. Neste momento, inicia-se um questionamento social sobre a inserção da mulher no *lôcus social* público, principalmente, fomentado pelos movimentos feministas (Leite, 1986).

Outro fenômeno social decorre do movimento homossexual, principalmente nos Estados Unidos, após a Segunda Grande Guerra. Dentre as características que compõem o indivíduo desse universo, estão o exercício sexual anônimo, assim como um questionamento contra o modelo de inter-relação pessoal e afetiva segundo o modelo heterossexual (monogamia – com exclusividade sexual e patriarcalismo) (Costa, 1992; Giddens, 1993; Leite, 1986). Por seu turno, as mulheres passaram a reivindicar seus direitos de terem uma boa qualidade de vida, inclusive nos relacionamentos afetivos, com a sua maior participação no mercado profissional e conseqüente independência financeira. Parece que essa independência faz assumir outra dinâmica social perante a figura do homem, quando se perde a posição exclusiva de provedor, favorecendo tomadas de decisões que rompem com a ideologia sexual dominante, que resignava a mulher ao seu papel de esposa e mãe, unicamente (Giddens, 1993).

Além do mais, o não-comprometimento afetivo-amoroso do casamento passa a ser visto como opção (ou justificativa), quando se leva em conta a possibilidade de ascender o *status* social. Segundo Badinter (1986), mulheres solteiras atingem posições muitas vezes melhores que as dos homens solteiros. Esta posição parece, então, proporcionar às mulheres solteiras maior valorização da vida profissional.

Relações amorosas na contemporaneidade

No contexto da contemporaneidade (preferiu-se este termo a modernidade ou pós-modernidade por ser mais claro e não apresentar controvérsias conceituais entre os autores estudados), no

entanto, a subjetivação do amor parece apontar para um indivíduo instável, frágil, volátil, mesmo com a valorização do narcisismo individualista (Castells, 2000).

Paradoxalmente, frágil e instável, ao pressupor que um projeto reflexivo de si viabilizado, somente, na presença efetiva do outro, numa relação íntima sustentada pela esfera sociocultural (institucionalizado pelo casamento); volátil, no instante em que sua dimensão sexual evidencia um desfalque que oscila entre a busca de uma falta inconsciente e uma necessidade estrutural e socialmente funcional. Além disso, um exercício de sexualidade comprometido pela instituição do casamento, por não conseguir estabilizá-la com o projeto monogâmico. Neste sentido, a promessa ao amor romântico, que a História sustenta, parece tentar salvar o indivíduo da sua condição existencial de ser ambíguo, finito e responsável por si mesmo e, sobretudo, só (Costa, 1998).

O desdobramento de todas essas considerações referentes ao fenômeno social das relações afetivo-amorosas, em nossa sociedade, desemboca no que Giddens (1993) vai chamar de “sexualidade plástica”. Trata-se de uma resposta à limitação da grandeza da instituição familiar e à confirmação da reivindicação ao prazer sexual por parte das mulheres, conferindo à sexualidade um estatuto descentralizado, isento da necessidade reprodutiva, reforçada pelas difusões dos métodos contraceptivos e tecnologias reprodutivas; e do sexo desarticulado da relação de poder enfocada na subserviência do indivíduo passivo na relação sexual, extrapolando para outros contextos interpessoais.

Abre-se espaço para um tipo de relacionamento característico do momento atual: o relacionamento puro (Giddens, 1993). Nele, homens e mulheres dão mais importância à ação instrumental, enfatizando a necessidade de uma formação profissional, um trabalho remunerado e autonomia futura. O relacionamento passa a ser subjetivado como vínculo emocional íntimo balizado pela satisfação mutuamente extraída, podendo ser finalizado, unilateralmente, em qualquer momento da relação. A intimidade é o mecanismo que sustenta o laço comunicativo e afetivo, ante as possibilidades de problemas desestruturadores da relação e, embora haja um

compromisso interpessoal, esse não garante a durabilidade da relação e, muito menos, da exclusividade sexual. Para o autor, este tipo de amor “desenvolve-se como um ideal em uma sociedade na qual quase todos têm oportunidade de tornarem-se sexualmente realizados; e presume o desaparecimento da distinção entre as mulheres ‘respeitáveis’ e aquelas que de algum modo estão marginalizadas da vida social ortodoxa. (...). O que mantém o relacionamento puro é aceitação, por parte de cada um dos parceiros, “até segunda ordem”, de que cada um obtenha da relação benefício suficiente que justifique a continuidade. A exclusividade sexual tem um papel no relacionamento até o ponto em que os parceiros considerarem desejável ou essencial” (Giddens, 1993, p. 73-74)”.

Segundo Vargas (1989) e Pascual (1991/1992), esta nova forma de se relacionar no casamento deve pautar-se em uma relação que favoreça a individuação, pois se trata de um vínculo paradoxal, que para sustentar-se necessita da afirmação de alteridades. Por isso, a categoria intimidade, no relacionamento puro, é considerada como fator preponderante, pois é ela que desenvolve e mantém este tipo de relação – o problema é a questão do curto espaço de tempo para construir essa intimidade. Ademais, o amor confluyente restitui algo que o amor romântico deixou de lado - a arte do erotismo. Com ela, o prazer sexual mútuo passa a ser o elemento-chave da continuidade do relacionamento ou não. Para Badinter (1986), no amor romântico, busca-se uma unidade com o outro de forma intensa e exigente, daí a dificuldade de fazê-la durar. Exige-se, ao mesmo tempo, auto-suficiência e relação de fusão. Além disso, a autora aponta como agravantes deste contexto a hipertrofia do ego e os individualismos exacerbados, pelos quais a relação inter-subjetiva perde o seu valor no instante em que o imperativo moral deslocou-se do outro para si, como acontece nas relações amorosas contemporâneas.

O ego passou a ser instância superior, fomentando uma relação de si para consigo com base na obsessão narcísica de valorização do eu individual. O outro, nesta perspectiva, passou a ser neutro, esvaziado ou sem consistência. Não é nem mais hostil, nem competitivo. É, simplesmente, “**desubstancializado**” (Badinter,

1986, p. 269). O homem passa a exercer, neste contexto, uma relação pública neutra, sustentando-se na idéia de domínio de si pela ação anestésica frente ao sofrimento - atualmente é prioritário afirmar frente às diversas dificuldades, (sobretudo ligadas à relação amorosa) que cada um se basta por si, não se afetando pelas adversidades. Tudo isso parece confirmar a maneira atual de amar: o amor em relação ao outro sucumbe ao amor de si (Badinter, 1986; Bloom, 1996).

Parece que na relação amorosa da contemporaneidade, dá-se tudo (ou quase tudo) ao outro enquanto se encontram gratificações. No momento em que isso não ocorre, desinveste-se a fim de salvar a integridade egóica (Lasch, 1987). Isso implica que o amor seria unilateral; mas isso se questiona: as trocas recíprocas parecem sair da configuração do amor exclusivo pelo sustento e segurança, para adentrar na lógica do exercício igualitário de ações para manutenção física e psicológica do casal, desde as atividades de rotina diária até manifestação sexual multifacetada e compartilhada. É essa reciprocidade que irá manter e alimentar o casal. Se não há reciprocidade, vive-se solidão a dois e logo surge a preferência pelo desenlace da relação. A moral conjugal de hoje indica que é preferível uma solidão, articulada à possibilidade de outra relação, a manter uma união baseando-se na comodidade ou hábito (Costa, 1998).

A sociedade contemporânea ocidental possui uma importante característica: o individualismo. Tal característica é sustentada, primeiramente, pela lógica liberal do capitalismo, assim como pela tecnologia da informação. A tecnologia da informação altera as relações de produção, de forma que o homem passa a ser dispensado como força de trabalho. Além disso, retroalimenta o conhecimento produzido pelo aprimoramento técnico exigido para fazer face à velocidade das transformações tecnológicas, mas também altera as relações interpessoais, seja aumentando a polarização da desigualdade social e econômica, seja tornando-as efêmeras e descartáveis (de acordo com a lógica do consumo, como define a concepção realista do amor). Da mesma forma, a tecnologia da informação modifica as relações geracionais, pois estas são redimensionadas a partir das possibilidades de novos modelos reprodutivos e de constituição familiar (família monoparentais, bebês

de proveta, inseminação artificial, famílias homoparentais etc). Enfim, aumenta as opções de escolhas do sujeito, sempre na perspectiva de um processo mutante, exageradamente rápido e geralmente com objetivos inalcançáveis (Castells, 2000; Guedes & Moreira, no prelo).

Entende-se que, na sociedade contemporânea, variadas opções perpassam pelo sujeito, mas, ao mesmo tempo, esse contexto não dá tempo para que haja uma elaboração favorável ante a superflexibilização de escolhas a fazer, gerando pessoas impulsivo-compulsivas, ansiosas, deprimidas e necessitadas de anagelsia, pela incerteza do que virá. Assim, o sujeito está fadado a lançar mão de uma opção para fazer escolha de outra, nunca se sentindo satisfeito ou tendo feito “a escolha certa”. Para Castells (2000), é possível que essa superflexibilidade de escolhas acabe por recair em uma espécie de caos, necessitando um reequilíbrio desses mecanismos para que se possa redefinir e recolocar esses sujeitos na rede social de uma forma produtiva e estabilizados.

O individualismo é a característica mais evidente, decorrente dessa lógica de mutabilidade e necessidade extrema de escolhas singulares (Castells, 2000). Lipovetski (1996) aponta, mais uma característica: o narcisismo. Tal característica é permeada por um “vazio”, a ausência de perspectiva em continuar o processo transgeracional, ou seja, de não continuação da linhagem parental ou de não continuação de um projeto existencial. O mesmo autor, ao refletir que o sujeito passa a levar um estilo de vida consumista e a personalizar seus estados de emoções, faz-nos compreender, por exemplo, porque não é muito incomum, hoje em dia, escutar que alguém se diz “em depressão” sem nunca ter tido um diagnóstico preciso, somente pelo fato de se sentir insatisfeito; ou então, escutar que determinada pessoa se diz “portadora” de tal ou qual estrutura de personalidade por se comportar de determinada forma em uma determinada situação da vida, sem falar nas inúmeras representações sociais dos conceitos e jargões psicanalíticos que as pessoas utilizam para definirem a si próprias e umas às outras.

Outras transformações articulam-se aos processos psicológicos relacionados à falta de expressão de poder, geradores de sensação de fracasso e de percepções que engendram baixa auto-estima. O próprio comportamento impulsivo expõe o indivíduo a

freqüentes frustrações. O niilismo se configura como outra conseqüência desse contexto, pois como tudo passa a ser descartável (e o consumo passa a reger a forma de comunicação entre os indivíduos na rede social), há sempre uma descrença acerca das expectativas futuras, em ideais ou perspectivas (Lipovetski, 1996; Sloan, 1996, Matsumoto, 1997, Guedes & Moreira, no prelo). Fatores como as desigualdades sociais são também características marcantes dessa sociedade e, como tais, fontes de psicopatologias. Associados a isso (e a essa sensação de fracasso vital) encontram-se relacionados, também, o baixo nível de participação na rede social. Como não se têm oportunidades para todos e existe uma defasagem, cada vez maior, entre as pessoas ditas “funcionais” e as que não são, o nível de participação social cai. Então, além de incluir as pessoas que são excluídas da faixa “funcional”, os funcionais, também permeados pela sensação de fracasso e baixa auto-estima, diminuem sua fatia de participação na rede social, evidenciando-se outra fonte de psicopatologias. Além disso, a não participação social implica na possibilidade de ter que sair do meio em que vivem para buscar novas opções de vida, formas de sobrevivências em outras regiões, gerando outro fator psicopatológico: o processo de desculturação. E, assim, configura-se a perda dos referenciais culturais, sustentáculos da identidade.

Finalmente, outro elemento, que surge como processo de desenvolvimento contemporâneo e desencadeador do fracasso das relações amorosas, é a solidão decorrente da falência de habilidades para formar ou manter relações afetivas (Guedes & Pinheiro, 2000; Guedes, 2002a; 2002b). Os estudos apontados corroboram as considerações de Lipovetsky (1996), quando ele afirma que “quanto mais a cidade desenvolve possibilidades de encontro, mais sós se sentem os indivíduos; mais livres, as relações se tornam emancipadas das velhas sujeições, mais rara é a possibilidade de encontrar uma relação intensa. Em toda parte encontramos a solidão, o vazio, a dificuldade de sentir (...)” (p. 77). O importante, finalmente, é não abdicar da independência e liberdade para não se fragilizar quando o outro for embora. Retorna-se à solidão total, não de forma alienada, mas para revivenciar o ego, cultivando-se a si mesmo. O imperativo categórico passa a ser proteger-se do outro se tornando

auto-suficiente (Lasch, 1987). Ou seja, parece que a tecnologia reforça a idéia de auto-suficiência.

No tópico seguinte, avaliamos o impacto da nova revolução tecnológica engendrada pela Internet na subjetividade e nas relações interpessoais.

Solidão cibernética?

Qual é o impacto do atual nível de desenvolvimento tecnológico nas relações interpessoais?. Para que se entenda esse “impacto”, é preciso compreender a dinâmica com a qual as novas tecnologias são utilizadas, assim como essa utilização é processada em termos da própria rede comunicacional gerada. É preciso também entender os limites do uso dessa tecnologia na produção de discursos e como ela influencia os processos psicológicos e subjetivos dos sujeitos. Para isso, articulamos alguns dos principais estudos sobre as relações entre a cibernética e o comportamento humano.

Rubin (1985), Walther e Tidwell (1996) e Castells (2000) compreendem que existe um paradoxismo referente à distância social, mesmo com o acesso a diversas tecnologias capazes de favorecer uma maior proximidade entre os indivíduos, já que essas mesmas tecnologias facilitam as atividades cotidianas, aumentando o tempo livre das pessoas. No entanto, essas facilidades parecem acabar por tornar as pessoas mais independentes e autônomas umas das outras.

Além disso, o acesso à tecnologia de informação também parece favorecer novos modelos comportamentais e de expressão subjetiva. Esse fenômeno pode ser ilustrado com a vulgarização da TV nas residências e a transmissão das telenovelas, por exemplo. Tais programas exploram a difusão de personagens que são freqüentemente ligados a estereótipos demarcados pela ideologia dominante (nas mulheres: bela, magra, rica, nova e saudável, mas desvalorizada em relação ao homem; nos homens: corpo “esculpido”, rico, sedutor, bem-sucedido, novo e saudável), e ilustrados pela figura do “star”, da “celebridade”. Diante desses estímulos, os consumidores da cultura televisiva acabam por introjetar modelos de vida e formas de relações interpessoais que parecem se alimentar

desses estereótipos. Nossa hipótese é de que, se, por um lado, a TV possibilita um acesso quase irrestrito à “fantasia do célebre”, por outro, ela desenvolve uma relação simbólica entre os personagens televisivos que parece ser transposta para o campo do imaginário. Tal transposição distorceria as próprias expectativas de suas relações pessoais.

Utilizando-se das telenovelas, não é raro observarmos que as pessoas se adequam aos modismos difundidos, seja no âmbito microssocial, como a adequação da rotina familiar a determinados horários (Ex. “Nessa hora não estou em casa, me liga depois do Jornal”); seja no campo mesossocial, quando toda uma comunidade se mobiliza para saber quem matou tal personagem de uma novela; seja no âmbito macrossocial, quando, por exemplo, a linguagem é transformada pela apropriação e popularização de neologismos ou novos usos de determinados termos, e quando a vestimenta se adequa a estilos semelhantes aos que passam na novela (alterando, sobretudo, o setor terciário da sociedade, quando essa vestimenta se torna objeto de consumo). Neste contexto, o âmbito das relações interpessoais também é amplamente tocado.

Por exemplo, a primeira vez que a TV brasileira expôs personagens homossexuais, sem caricaturização, alguns sujeitos homossexuais identificavam seus comportamentos em torno da dicotomia feminino *versus* masculino, evidenciando, em seus discursos, que o ideal de homossexualidade perpassava pelo estereótipo heterossexual (vestir-se como heterossexual, falar como heterossexual, ter amigos heterossexuais, sair para lugares heterossexuais, enfim, viver como um heterossexual, só que se relacionando com outros homens!). Em síntese, mesmo com o objetivo de naturalização dessa “condição”, a TV acabou por difundir um modelo “adequado” à massa e à classe média: o personagem “entendido”, ou seja, um tipo construído pela realidade social, adaptado ao contexto latino, que designa os homens masculinizados que têm relações sexuais com outros homens (Guedes & Borsói, 1998).

A Internet parece também produzir esse efeito identificatório, através da integração da “fantasia de célebre” e da difusão de uma auto-imagem construída para produzir efeito de autopromoção e

atração de popularidade (como no marketing profissional entre artistas de cinema e de TV), através de blog, orkut, e do próprio *chat*, mas também pela fomentação de um círculo afetivo interacional. Dessa forma, em conformidade com as idéias dos autores supracitados, as relações *on-line* seriam mediadoras do distanciamento do sujeito sobre sua própria singularidade para plasmar-se no personagem espectral, que por sua vez é perpassado pela relação simbólica entre mídia e o campo imaginário do indivíduo. Da mesma forma, a ausência de uma interação “real” (face-a-face), sob o privilégio das relações virtuais (como relações mantidas via *chat*), parece facilitar uma comunicação psicologicamente distante entre os interlocutores, devido à pouca fidelidade de uma interação dessa natureza.

A Internet pode ser considerada como forma de relação social que garante apoio psicológico e senso de pertença. Tanto pela modalidade assíncrona (comunicação não-contemporânea), quanto pela modalidade síncrona (comunicação em tempo real). Muitos estudiosos, como Joinson (2001), sugerem que a Internet pode engendrar relações mais limitadas que na relação real face-a-face. Além disso, afirmam que essa relação virtual impescinde de comportamentos de revelação interpessoal para a formação de uma condição virtual para relacionamentos *on-line*, como diz Suler (2004), sobre o efeito de desinibição, pois essa revelação voluntária tende a promover um efeito recíproco no outro interlocutor. Porém, a condição de anonimato também se configura como elemento indispensável nesse processo, segundo Sproul & Kiesler (1986). Pelo anonimato, a relação interpessoal que se estrutura tende a ser mais livre e impessoal. Outros autores apontam uma posição contrária àquela de Sproul e Kiesler (1986), ao indicarem que as condições de anonimato, a princípio, facilitam condições de sociabilidade e sinceridade entre os interlocutores, assim como diminuem comportamentos evitativos e submissos entre eles (McCown *et al*, 2001).

Além disso, verificam uma forte tendência a buscarem se relacionar com pessoas que eles acham similares a eles e que nem a ansiedade e a solidão são características usuais dos usuários (Amichai-Hamburger, 2002; Bonebrake, 2002; Mckenne & Bargh, 2000). Outro dado empírico reforça essas evidências: em um estudo

sobre percepção interpessoal, Markey & Welles (2002) observaram, em situações experimentais, que sujeitos introvertidos tendiam a ser moderadamente extrovertidos pela Internet, enquanto que os moderadamente extrovertidos tendiam a ser extremamente extrovertidos, sendo assim percebidos pelos interlocutores (que teoricamente tenderiam a responder nessa mesma lógica). Em Anolli *et al* (2005), seus resultados mostraram que, na amostra estudada, havia bom nível de confiança entre os interlocutores ao revelarem suas novidades e emoções recíprocas, mas havia clara separação entre a vida real e a relação virtual (por exemplo, não se apresentavam, não apresentavam amigos, nem familiares, nem dependiam um do outro). Suas correlações mostram que quanto mais se usa Internet, mais se acessa a Internet; mas, por outro lado, menos dependentes as pessoas se comportam na inter-relação virtual afetiva, mesmo que se sintam livres para se revelarem mutuamente.

Outras correlações revelaram que quanto mais extrovertida é a pessoa, menos tempo elas passam na Internet e menos tempo usam o *chat* e quanto mais introvertidos forem, mais intenso é o uso do *chat*. Os sujeitos reforçam a variável de defenderem a independência emocional como valor maior (por exemplo, serem livres e autônomos), mas isso pode ser também um efeito de desejabilidade gerado pelos questionários utilizados. Seus sujeitos dizem-se igualmente anticonformistas, não muito generosos ou altruístas e que não têm interesse em controlar os interlocutores. Porém revelam uma tendência para valorizarem a necessidade de serem reforçados positivamente, serem reconhecidos, compreendidos e encorajados. Vale aqui permanecermos circunspetos, por conta do efeito de mascaramento de respostas e da teatralização de personagens gerados pelo *setting* da relação virtual. Os dados revelaram também que sujeitos classificados como personalidade neurótica e introvertida tendem a expor seu “eu real” via Internet, enquanto os extrovertidos o fazem na relação face-a-face.

Neste contexto da dinâmica da “inter-relação on-line”, se as relações interpessoais pela via do computador podem engendrar mecanismos semelhantes aos gerados pela TV, ao tornar o usuário, em algumas circunstâncias, um personagem; e retroalimentando

uma interferência simbólica no campo da relação não-virtual, significa dizer que essas relações sofrem um impacto de perda qualitativa da relação, em termos de fidelidade no reconhecimento de expressões emocionais e seus significados; na singularidade, base para o reconhecimento de alteridades; e na congruência inter-identificatória, que é suporte para o reconhecimento mútuo da intimidade; por sua vez, facilitadora do aprofundamento das relações interpessoais (Moser, 1994). Mas devemos nos manter circunspectos quanto a essas hipóteses, pois outros autores defendem que, embora algumas relações possam ocorrer *on-line*, elas são próximas ou ultrapassam o nível de comunicação na relação não-virtual (Stafford, Kline & Dommick, 1999; Walther, 1995). Entretanto, outros pensem o contrário.

Os que pensam ao contrário da tese de igualdade e superação da qualidade interacional *on-line* sobre a relação não-virtual, defendem que por essa via, sempre existirá uma inferioridade na emissão e na recepção das mensagens por causa da ausência de contato visual, ou da vivência sócioemocional, decorrente, sobretudo, da lacuna temporal entre a escritura da mensagem a ser emitida, da recepção e da emissão de resposta no processo do fluxo discursivo (Rice & Love, 1987). Contrariamente a essa tese, Stafford, Kline & Dommick,(1999) e Walther (1995) defendem que a troca de mensagens pode ser lenta, mas não seria diferente das relações face-a-face; o nível relacional pode ser alterado devido à inserção de áudio e visual na interação; e, além disso, a interação seria mais facilitada porque permite um julgamento (limitado, mas não impossibilitado) das informações compartilhadas.

No entanto, favoreceria a não percepção de atributos negativos no outro interlocutor, no instante em que essa situação favorece a focalização de elementos de similaridade entre os usuários em conversação (ainda mais quando não se tem a percepção física imediata e real do outro). Também, porque, nesse contexto, os interlocutores podem selecionar aspectos de sua personalidade que acreditam serem favoráveis em benefício próprio e para o desenvolvimento da relação, favorecido pela lacuna de percepção de comportamentos não-verbais. Outro aspecto importante desse fenômeno de hipercomunicação pessoal (Walther & Tidwell, 1996)

seria o efeito de maior elaboração daquilo que se vai emitir ao outro (que exigiria outros recursos cognitivos e emocionais, em se tratando de uma relação não-virtual, como, por exemplo, a percepção de mensagens não-verbais, os estímulos ambientais reais externos, a interferência de outros sujeitos presentes nesse ambiente etc), favorecido pela assincronia da comunicação; mas também o fato da ausência física do outro gerar, no intercurso da elaboração de emissores e respostas, uma tomada de consciência, amplamente mais elaborada, sobre si.

Ou seja, a relação *on-line* favoreceria uma maior clareza da própria condição de existência, seja porque ela se altera, seja porque ela é hiper-exposta. O parceiro *on-line* não seria percebido (nem compreendido) pelo que ele é, mas pelo que ele percebe do que os outros querem perceber sobre ele, inclusive porque se deve esperar aparecer a emissão de uma resposta para poder elaborar outra e enviá-la, havendo aí um maior controle daquilo que será compartilhado, sempre redefinindo o rumo da interação. Dessa forma, parece que mesmo havendo uma concepção favorável à interação *on-line*, ela parece ser mais útil na consolidação da fantasia da celebridade do que na formação de vínculos, como relacionamentos amorosos, ou de amizade. A nosso ver, os relacionamentos amorosos, sobretudo, exigem níveis de intimidade e de elaboração da experiência afetiva muito mais elevados do que uma rede de interlocução virtual pode oferecer. Onde esse ciclo daria, no âmbito das relações amorosas?

Talvez ela fosse favorável, no instante em que as relações amorosas se constituem, no dizer de Nasio (1999), numa relação em que um sujeito elege um outro no qual ele projeta a si mesmo, plasmando-se nesse outro, que também se plasma no seu objeto de amor pela via da transferência. Ora, mas o que é a transferência, senão o lugar do suposto saber? E o suposto saber não seria ele presentificado pela relação *on-line*? Em uma rede de interlocução tão repleta de “extravios” e lacunas, não seria adequado para colocar o outro na posição de satisfazer o desejo do sujeito para ser amado, como define Lacan (1979) no Seminário 1, quando fala do amor como paixão imaginária? Ou mesmo quando afirma, no Seminário 4 (1956), que se ama aquilo que está para além do objeto amado? E também,

quando assevera, no Seminário 8 (Lacan, 1960), que o outro, na relação de amor, está adornado pelas fantasias do amante? A nosso ver, o espectral é combustível para a relação amorosa, e a Internet é matéria prima para essa combustão, só que de natureza volátil, incendiária e extremamente consumidora, se não for atualizada enquanto experiências concretas, históricas e polissêmicas.

Considerações finais

Na antigüidade clássica, os gregos afirmavam o amor como algo voltado para a sabedoria ou reconhecimento do bem, da beleza. Unir-se a uma mulher e formar uma família era condizente com as necessidades da *polis*, e a separação só seria efetivada se houvesse evidências contrárias àquelas exigências políticas da sociedade, como, por exemplo, à esterilidade que impossibilitaria a geração de “novos” cidadãos e o adultério, que seria uma desonra ao poder conferido ao homem.

Já com a tradição judaico-cristã, era compreendido como um amor ao outro em um laço fraterno para garantir a salvação. Assim, a sexualidade seria desestabilizadora da doação de confiança, consideração e aceitação do outro, pois remetia ao pecado da volúpia, buscando prazer e êxtase em si e no outro, quando só deveria ser alcançado no contato com Deus. Neste momento histórico, a separação do casal, depois de sacramentada a união, só seria aceita com a morte de um dos cônjuges ou o uso de sensualidades ilegais. No feudalismo, a ênfase foi o amor impossível por uma dama, geralmente já comprometida, tendo-se em vista que os laços entre os futuros cônjuges eram atados às vistas de pagamentos de dotes e interesses nobiliárquicos.

No movimento contrário a isso, os cavaleiros buscavam cortejar damas, não pensando nas relações de poder, mas no enlace atravessado por um sentimento de desejo em ter aquela pessoa ao lado, para o resto da vida. Daí nasce à individualidade, porque o indivíduo passa a pensar sua própria história a partir da presença de um outro – prelúdio do amor romântico. O amor romântico demarca a modernidade. Sustentado pela igreja e justificado pelas transformações sofridas entre o feudalismo e o projeto civilizatório

burguês, as pessoas seriam unidas pelo sentimento de amor individualizado, formando família sobre as premissas de um contrato de relação fundamentadas na fidelidade, procriação, exclusividade eterna, dever do homem em prover a família (e paradoxalmente, que permita ao homem ter relações extraconjugais).

Na modernidade tardia ainda prevalece o modelo de amor romântico, mas aparecem alguns indícios de que este modelo tem enfrentado abalos, pondo em prova sua sustentação. Um deles é a participação crescente da mulher no mercado de trabalho, favorecendo a luta pelos mesmos direitos do homem (rompendo com o patriarcalismo); autonomia financeira (ela não fica mais em casa, esperando que o marido a sustente e aos filhos) e autonomia emocional (possibilidade de assumir um relacionamento sem compromisso de casamento, exercendo a arte erótica, sem ser estigmatizada de prostituta; possibilidade de assumir uma família monoparental, como mãe solteira; possibilidade de vivenciar ou assumir relacionamentos homoeróticos, ou independentes de faixa etária, nível social etc). Outro indício é o crescente aumento das taxas de urbanização. Em decorrência dessa taxa aumentada, as pessoas se vêem impossibilitadas de manter contatos primários, seja pelo medo da violência urbana, seja pela crescente necessidade do aumento de horas de trabalho, seja pelo aumento de mecanismos tecnológicos que tornam a vida das pessoas mais cômodas dentro de suas casas (TV, vídeo-cassete, DVD, computadores, celulares, fornos microondas, churrasqueiras elétricas etc) e que possibilitam o contato a distância, sobretudo relacionamentos afetivo-amorosos não-presenciais, virtualmente (Internet). Tudo isso, favorecendo o “ilhamento” entre os indivíduos, gerando, também, longos períodos de solidão. Dado relativamente controverso, entre alguns autores, pois existem evidências de que as pessoas que mantêm contatos virtuais são, igualmente, propensas a manterem relações presenciais.

O consumismo, decorrente do impacto da cultura narcisista, reforça a valorização excessiva do corpo e seus estereótipos veiculados pela mídia; a necessidade de aquisição de bens para complementar a fantasia narcísica e o uso de drogas, lícitas e ilícitas, para fugir do stress cotidiano, problemas de comunicação interpessoal (como as pessoas estão ‘ensimesmadas’, têm

dificuldades de falar de si e se fazer compreender pelo outro), problemas financeiros e até suportar a própria solidão. Em decorrência de tudo isso, as relações afetivo-amorosas passam a ser fugazes e, mesmo que mantidas, somente enquanto for conveniente para ambos, girando em torno de momentos de conjugalidade e individualidade, prevalecendo à busca do incremento profissional pessoal, o que a fidelidade sexual ou a não exclusividade podem ser opções dos membros da relação.

Neste sentido, a promessa do amor romântico seria falha porque não abarca todos os pré-requisitos característicos e parece-nos não acompanhar as transformações dos novos modelos de comunicação e de relacionamento pela volubilidade, superflexibilização características. Em termos da relação cibernética, o que parece atrair os indivíduos é justamente a possibilidade de criar uma realidade imaginária. Em termos psicológicos, a sala de *chat* pode ser considerada como uma sala de espelho onde o usuário expressa aquilo que ele expressaria para si, ou seja, ele fala para o outro, mas psicologicamente fala para si, principalmente se não houver evidência física desse outro e se este for um desconhecido. Isso reforçaria a expressão progressiva de conteúdos privados, na perspectiva de salvaguardar sua auto-imagem. No fundo, a relação virtual (amorosa ou não) parece manter uma solidão intrínseca, do sujeito para si, quando ele se projeta naquilo que crê ser agradável para outro, mas que na verdade parece esar mais voltado para si, demonstrando uma alienação de si que, embora evidencie o seu próprio eu, não permite uma entrega autêntica ao outro.

Não queremos afirmar que as relações amorosas estejam em falência, muito pelo contrário: nunca estiveram tão evidentes, visto que já se percebe a necessidade de busca de padrões mais definidos, ante o descompasso de modelos emergentes e a velocidade de elaboração subjetiva da coletividade. Acreditamos apenas que os modelos românticos serão (ou estão sendo) desdobrados, conforme as próprias exigências históricas, assim como os modelos de subjetivação.

Referências

- Amichai-Hamburger, Y., Wainapel, G., & Fox, S. (2002). On the internet no one knows I'm introvert: Extroversion, neuroticism and internet interaction. *Cyberpsychology & Behavior*, 5, 125-128.
- Anolli, L., Villani, D., & Riva, G. (2005). Personality of people using chat: an on-line research. *Cyberpsychology & Behavior*, 8 (1), 89-95.
- Araújo, M. G. C. (1992). *Histórias de amor no cordel e psicoterapia*. Tese de doutorado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Badinter, E. (1986). *L'un est l'autre*. Paris: PUF.
- Bloom, A. (1996). *Amor e amizade*. São Paulo: Mandarim.
- Bonebrake, K. (2002). College student's internet use, relationship formation and personality correlates. *Cyberpsychology & Behavior*, 5, 551-557.
- Castells, M. (2000). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Costa, J. F. (1983). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Costa, J. F. (1998). *Sem fraude, nem favor: Estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Duby, G. (1998). *Idade média, idade dos homens*. São Paulo: Cia das Letras.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade*. São Paulo: UNESP.
- Guedes, D. D., & Borsói, I. C. P. (1998). Representação social da homossexualidade por homossexuais masculinos a partir de veiculações transmitidas pelos meios de comunicação (pp. 26-27). *In Resumos, 1. Jornada Internacional sobre Representações Sociais*. Natal: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFRN.

- Guedes, D. D., & Pinheiro, C. (2000). Considerações acerca da vivência de solidão como fenômeno da sociedade ocidental moderna. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 17 (1/2), 18(1/2), 58-64.
- Guedes, D. D. (2002a). Experiência de rompimento unilateral físico de casais em Tianguá-CE-Brasil. In 32. *Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*, Florianópolis: Sociedade Brasileira de Psicologia.
- Guedes, D. D. (2002b). A vivência de rompimento de uma relação amorosa: Um estudo de caso clínico fenomenológico (p. 9). In *Resumo, 6. Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental*. Recife: Universidade Católica do Pernambuco.
- Guedes, D., & Moreira, V. *Depressão e cultura nordestina: Um estudo de caso em Tianguá-CE-Brasil*. Artigo em preparação.
- Joinson, A. N. (2001). Knowing me, knowing you: Reciprocal self-disclosure in internet-based surveys. *Cyberpsychology & Behavior*, 4, 587-591.
- Kristeva, J. (1988). *Histoires de l'amour*. Paris: PUF.
- Lacan, J. (1956). *O seminário: Livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1960). *O Seminário: Livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1979). *O Seminário: Livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lasch, C. (1987). *O mínimo eu: Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense.
- Leite, R. M. (1986). *Acasos, casos e ocasos: O relacionamento homossexual masculino e a ideologia sexual dominante*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Lipovetski, G. (1996). *La era del vacío*. Barcelona, España: Península.

- Markey, P. M., & Wells, S. M. (2002). Interpersonal perception in internet chat rooms. *Journal of Research in Personality*, 36, 134-146.
- Matsumoto, D. (1997). *Culture and modern life*. San Francisco, CA: Brooks/Coole.
- McCown, J. A., Fischer, D., Page, R. Homant, M.(2001). Internet relationships: People who meet people. *Cyberpsychology & Behavior*, 4 (5), 593-596.
- McKenne, K., & Bargh, J. (2000). Plan 9 from cyberspace: the implications of the internet for personality and social psychology. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 57-75.
- Moser, G. (1994). *Les relations interpersonnelles*. Paris : PUF.
- Murstein, B.(1976). *Amor, sexo e casamento através dos tempos*. Rio de Janeiro: Arte Nova.
- Nasio, J-D. (1999). *Le livre de l'amour et de la douleur*. Paris: PUF.
- Pascual, J. G. (1991/1992) Interação das dimensões de individualidade e de conjugabilidade no recasamento. *Revista de Psicologia*, 9 (1/2), 10 (1/2), 129-144.
- Rice, R. E., & Love, G. (1987). Electronic emotions: Socioemotional content in a computer mediated network. *Communication Research*, 14, 85-108.
- Rubin, A. M. (1985). Media gratification through the life cycle. In K. E. Rosengren, L. A. Wenner, & P. Palmgreen (Orgs.), *Media gratification research: Current perspective* (pp. 195-208). Beverly Hills, CA: Sage.
- Sloan, T. (1996). *Damaged life: The crisis of modern psyché*. New York: Rotledge
- Sproull, L., & Kiesler, S. (1986). Reducing social cues: Electronic mail in organizational communication. *Management Science*, 31, 1492-1512.

- Stafford, L., Kline, S.L., & Dimmick, J. (1999). Home e-mail: Relational maintenance and gratification opportunities. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 43 (4), 659-663.
- Suler, J. (2004). The on-line disinhibition effect. *Cyberpsychology & Behavior*, 7, 321-326.
- Vargas, N. S. (1989). O casamento e a família como caminho da individualização. *Junguiana - RSBPA*, 7, 103-111.
- Walther, J. B. (1995). Relational aspects of computer-mediated communication: experimental and longitudinal observations *Organization Science*, 6, 186-203.
- Walther, J. B., & Tidwell, L. (1996). When is mediated communication not interpersonal? In K. M. Galvin & P. Cooper (Orgs.), *Making connections: Reading in relational communication* (pp. 300-307). Los Angeles, CA: Rusbury.

Recebido em 15 de janeiro de 2006

Aceito em 11 de fevereiro de 2006

Revisado em 20 de junho de 2006